

Fevereiro, é o Ministério da Defesa Nacional (MDN) que detém legitimidade passiva para intervir em acção administrativa especial intentada nos tribunais administrativos contra actos ou omissões dos Chefes dos Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas.

Este parecer foi votado na sessão do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 27 de Setembro de 2007.

Fernando José Matos Pinto Monteiro. — João Manuel da Silva Miguel (relator) — Maria de Fátima da Graça Carvalho — Manuel Pereira Augusto de Matos — José Luís Paquim Pereira Coutinho — Fernando Ben-

to — António Leones Dantas — Maria Manuela Flores Ferreira — José David Pimentel Marcos — Alberto Esteves Remédio — António Manuel dos Santos Soares.

(Este parecer foi homologado por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 26 de Dezembro de 2007.)

Está conforme.

Lisboa, 8 de Janeiro de 2008. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.



PARTE E

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 1972/2008

Tendo o mestre Amílcar Manuel do Rosário Oliveira requerido provas de obtenção do grau de doutor, no Ramo de Matemática, Especialidade de Modelação Estatística, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente:

Doutor João Luís Cardoso, Presidente do conselho científico (por delegação de competências).

Vogais:

Doutor Hab Stanislaw Mejza, Professor Governamental das Universidades Polacas, Agricultural University of Poznan, Polónia;

Doutor João Tiago Praça Nunes Mexia, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa (orientador);

Doutora Maria Manuela Melo de Oliveira, Professora Auxiliar da Universidade de Évora;

Doutor Alexandre Gomes Cerveira, Professor Catedrático Jubilado da Universidade Aberta (co-orientador);

Doutor Fernando Pestana da Costa, Professor Associado da Universidade Aberta;

Doutora Maria do Rosário Duarte Ramos, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

Doutora Iola Maria Silveiro Pinto, Professora equiparada a Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

26 de Novembro de 2007. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 1973/2008

Tendo o mestre Fernando Augusto Coelho Canastra requerido provas de obtenção do grau de Doutor, no ramo de Ciências da Educação, especialidade Educação Pessoal, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutor Carlos António Alves dos Reis, reitor da Universidade Aberta.

Vogais:

Doutora Maria Isabel Barca de Oliveira, professora associada do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Doutor Hermanno Duarte de Almeida Carmo, professor catedrático da Universidade Aberta.

Doutora Maria Manuela Costa Malheiro Dias Aurélio Ferreira, professora associada da Universidade Aberta (orientadora).

Doutora Lúcia da Conceição Grave-Resendes, professora associada da Universidade Aberta.

Doutora Darlinda Maria Pacheco Miranda, professora auxiliar da Universidade Aberta.

Doutor José Brites Ferreira, professor coordenador do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.

26 de Novembro de 2007. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

Despacho (extracto) n.º 1974/2008

Pela deliberação n.º 48/2007 do Senado Universitário, em sessão de 13 de Dezembro, é aprovado o regulamento da Universidade Aberta de Creditação de Competências Académicas e Profissionais.

Regulamento de Creditação de Competências Académicas e Profissionais da Universidade Aberta

No artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, relativo aos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior, estipula-se o seguinte:

1— Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, os estabelecimentos de ensino superior:

a) Creditam nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha, quer a obtida anteriormente;

b) Creditam nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica nos termos fixados pelo respectivo diploma;

c) Reconhecem, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e a formação pós-secundária.

Em conformidade, a Universidade Aberta institui as seguintes regras e procedimentos para a creditação de competências académicas e profissionais.

Artigo 1.º

A formação obtida no âmbito de outros ciclos de estudos nacionais e estrangeiros de nível superior é sujeita a um processo de equivalências, de acordo com a lei em vigor.

a) Os créditos são atribuídos de acordo com a creditação das unidades curriculares a que as formações obtidas anteriormente forem equivalentes.

b) As classificações são as atribuídas no âmbito dos ciclos de estudos em que foram realizadas e contam para efeitos da ponderação da média final do curso.

c) Nos casos em que tal se justifique, as classificações são atribuídas, tendo em conta a escala de comparabilidade dos sistemas de classificação em causa.

Artigo 2.º

A formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica é creditada para efeito de prosseguimento no 1.º ciclo de estudos, nos termos fixados no respectivo diploma.

Artigo 3.º

A Universidade Aberta reconhece a experiência profissional e a formação pós-secundária para efeito de prosseguimento de estudos aos indivíduos que o requererem nos termos estipulados por este regulamento.

Artigo 4.º

Os indivíduos que requeiram a creditação de experiência profissional e de formação pós-secundária têm de corresponder a uma das seguintes situações:

- a) Alunos que acedem ao ensino superior ao abrigo do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março (maiores de 23 anos);
- b) Estudantes que já tenham sido admitidos nas provas de acesso ou no processo e candidatura a um ciclo de estudos superiores, na Universidade Aberta, e pretendam que lhes sejam reconhecidas competências obtidas através de experiência profissional e de formação pós-secundária;
- c) Estudantes da Universidade Aberta que, ao abrigo da legislação actualmente em vigor e deste regulamento, pretendam ver reconhecidas competências profissionais e pós-secundárias, no âmbito dos estudos em curso ou para prosseguimento para outro ciclo de estudos.

Artigo 5.º

A experiência profissional e a formação pós-secundária são creditadas no Prosseguimento de estudos em qualquer dos ciclos, devendo para o efeito preencher os seguintes requisitos:

- a) Para prosseguimento de estudos de 1.º ciclo, a experiência profissional e a formação pós-secundária devem ser relevantes para o ciclo de estudos que o estudante pretende seguir e ter em conta as competências-chave enunciadas no respectivo plano de estudos;
- b) Para prosseguimento de estudos de 2.º ciclo, a experiência profissional e a formação pós-secundária devem ser relevantes para o ciclo de estudos que o estudante pretende seguir e estar ao nível das competências exigíveis aos estudantes de 1.º ciclo, tal como são definidas pelo artigo 5.º do decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março;
- c) Para prosseguimento de estudos de 3.º ciclo, a experiência profissional e a formação pós-secundária devem ser relevantes para o ciclo de estudos que o estudante pretende seguir e estar ao nível das competências exigíveis aos estudantes de 2.º ciclo, tal como são definidas pelo artigo 15.º do decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Artigo 6.º

A instrução do processo de reconhecimento da experiência profissional e da formação pós-secundária deve incluir os seguintes documentos, devidamente ordenados e apresentados:

- a) Requerimento dirigido ao Presidente do conselho científico a solicitar o reconhecimento da experiência profissional e da formação pós-secundária para efeito de prosseguimento de estudos num ciclo devidamente identificado, na Universidade Aberta (segundo modelo a fornecer pelos serviços);
- b) *Curriculum Vitae* elaborado de acordo com o modelo europeu (Europass), com uma descrição pormenorizada das funções desempenhadas e da formação pós-secundária obtida pelo candidato;
- c) Declaração comprovativa, emitida pelas entidades competentes, que indique as funções desempenhadas, o tempo de duração das mesmas e que faça uma apreciação qualitativa dos desempenhos do candidato; declaração comprovativa dos respectivos descontos para a Segurança Social, quando aplicável, e identificação das funções e do tempo de duração daquelas;
- d) Certificados de habilitações académicas autenticados;
- e) Certificados ou comprovativos autenticados das formações obtidas pelo candidato, salvo em casos devidamente justificados;
- f) Cartas de referência significativas para a avaliação da candidatura;
- g) Elementos considerados relevantes para a apreciação do júri, nomeadamente estudos e relatórios produzidos pelo candidato, projectos realizados, ou outros.

Artigo 7.º

- 1) Os documentos referidos no artigo 6.º são recebidos pela Secretaria-Geral que emite um comprovativo da sua recepção, devidamente discriminado e datado, que entrega ao candidato.
- 2) A Secretaria-Geral devolverá os processos incompletos ou mal instruídos pelos candidatos.
- 3) No prazo de 3 dias úteis, os documentos são remetidos à Presidência do conselho científico, que os envia a um júri constituído para o efeito, tendo este 15 dias úteis para deliberar e devolver o processo à Presidência do conselho científico.
- 4) Nos 5 dias úteis subsequentes à recepção do processo por parte do júri, a Presidência do conselho científico enviará o mesmo à Secretaria-Geral, que informará o candidato.

Artigo 8.º

- 1) A Presidência do conselho científico deve constituir júris por domínios científicos, compostos por 3 docentes doutorados, um dos quais membro da equipa de Coordenação do curso, podendo contemplar 2 suplentes.

2) Os critérios de avaliação dos processos dos candidatos a creditação são definidos pelos júris constituídos pela Presidência do conselho científico, consoante os domínios científicos e a documentação apresentada pelos candidatos.

3) O júri pode decidir a realização de uma entrevista ao candidato e ou de uma prova suplementar para melhor fundamentar a sua apreciação, devendo informar o Presidente do conselho científico da sua decisão.

4) As decisões do júri são tomadas por maioria e devem ser fundamentadas em acta.

Artigo 9.º

1) Os créditos são atribuídos por domínio científico, devendo ser indicadas pelo júri as unidades curriculares que o candidato fica dispensado de realizar no ciclo de estudos no qual se pretende matricular.

2) Não há lugar a uma classificação no caso dos créditos obtidos por creditação das unidades curriculares obtidas deste modo, pelo que não contam para efeito da média final do curso.

3) Os créditos atribuídos não podem exceder um terço do total no 1.º ciclo de estudos (60 ECTS) e um quarto no 2.º ciclo de estudos (30 ECTS).

Artigo 10.º

A creditação a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 3.º deve ser requerida no acto de inscrição dos estudantes na Universidade Aberta, de acordo com os prazos que forem anualmente fixados pelo órgão competente.

Artigo 11.º

Da deliberação do júri não cabe recurso.

Artigo 12.º

Os emolumentos devidos pela prestação destes serviços por parte da Universidade Aberta são fixados anualmente pelo órgão competente e publicitados na respectiva tabela.

Artigo 13.º

Os casos omissos suscitados na aplicação deste Regulamento são resolvidos Por despacho reitoral de acordo com o quadro normativo vigente.

Artigo 14.º

O presente Regulamento é publicado no *Diário da República*, 2.ª série, e divulgado de imediato na página da Universidade Aberta na Internet (www.univ-ab.pt).

Artigo 15.º

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

17 de Dezembro de 2007. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Reitoria

Despacho n.º 1975/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21.06, nomeio, para deliberar sobre o pedido de reconhecimento de habilitações ao grau de mestre apresentado nesta Universidade por Maria João Raposo Botelho Pimentel, os seguintes elementos:

- Doutora Gilberta Maragarida de Pavão Nunes Rocha, Professora Catedrática da Universidade dos Açores, que presidirá;
- Doutor Octávio Henrique Ribeiro de Medeiros, Professor Auxiliar da Universidade dos Açores;
- Doutora Maria do Rosário Andrade de Oliveira Serafim, Professora Associada da Universidade Lusíada.

7 de Janeiro de 2008. — O Vice-Reitor, *José Luís Brandão da Luz*.

Despacho n.º 1976/2008

Em obediência ao disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto, designo os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas para obtenção do título de agregado na disciplina de